



# **Anexo V**

## **Política Tarifária,**

## **Reajuste e Revisão Tarifária**

## ÍNDICE

1. PRINCÍPIOS GERAIS .....	3
2. CÁLCULO DO VALOR DA PASSAGEM .....	3
3. GRATUIDADES E BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS .....	13
4. REAJUSTE TARIFÁRIO .....	15
5. PROCEDIMENTOS - REVISÕES TARIFÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS .....	17
6. RECEITAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES, ACESSÓRIAS E DECORRENTES DE PROJETOS ASSOCIADOS .....	18

## 1. Princípios Gerais

A remuneração pelos serviços prestados pela Concessionária dar-se-á primordialmente pela passagem cobrada dos usuários pagantes dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, respeitados os valores máximos e as regras estabelecidos no presente Anexo, observados os seguintes princípios:

- I. A economicidade e a modicidade do valor da passagem cobrada;
- II. A justa remuneração do capital empregado;
- III. A manutenção dos níveis de serviço estipulados;
- IV. As despesas de supervisão, administração e fiscalização dos serviços serão cobertas mediante o pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO
- V. O equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço de transporte.

A metodologia para determinação dos valores da tarifa ao longo do prazo da concessão considerará, em especial, os seguintes aspectos:

- I. A estrutura tarifária vigente e a potencial criação de novos perfis tarifários;
- II. O reajuste anual, conforme metodologia estabelecida neste Anexo;
- III. A revisão da Tarifa Básica, conforme seja necessário para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos termos da lei.

## 2. Cálculo do Valor da Passagem

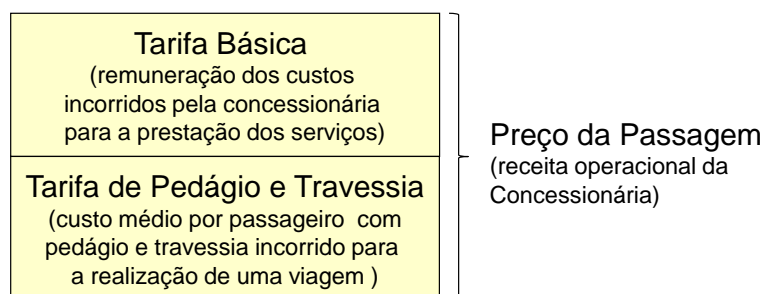
A passagem cobrada do usuário pela prestação dos serviços de transporte rodoviário e suburbano resulta da somatória de duas parcelas:

1. **Tarifa Básica**, que tem por objetivo remunerar os custos próprios da Concessionária, inclusive os custos operacionais e administrativos, a manutenção, amortização e remuneração pelo capital investido, os seguros e garantias devidos face ao Contrato de Concessão;
2. **Tarifa de Pedágio e de Travessia por Balsa**, compreendida como o custo médio por passageiro incorrido no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros com o eventual pagamento de pedágio e de

travessia por balsa na realização de uma viagem nas ligações rodoviárias e suburbanas.

Cada uma das ligações do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros possui incidência particularizada de pedágios e travessias por balsa, havendo, portanto, variação no resultado do cálculo da passagem por ligação, sendo necessário o cálculo da passagem de forma individualizada para cada um dos serviços prestados.

A figura a seguir ilustra esta proposição:



A passagem paga pelo usuário deverá ser integralmente contabilizada como Receita Operacional própria de cada empresa Concessionária. O preço da passagem não inclui o eventual pagamento da Taxa de Embarque devida pela utilização de terminais, que constitui um preço público independente do serviço de transporte delegado à Concessionária. A depender de cada situação, a Concessionária poderá ser solicitada a recolher a Taxa de Embarque dos Usuários, para o serviço rodoviário e repassar para o Poder Concedente dos Terminais, sem que este fato configure remuneração da Concessionária.

A Tarifa Básica dos serviços de transporte rodoviário coletivo intermunicipal tem por objetivo remunerar, dentre outros, os itens essenciais ao desempenho da atividade, tais como:

- I. Amortização e remuneração do capital investido em instalações, frota, equipamentos e outros;
- II. Pessoal;
- III. Combustíveis;
- IV. Lubrificantes;
- V. Rodagem;

- VI. Peças e acessórios;
- VII. Seguros obrigatórios e de responsabilidade civil, garantias contratuais ou itens similares estabelecidos no Contrato de Concessão;
- VIII. Administração;
- IX. Impostos e contribuições.

A tarifa litorânea será adotada nas áreas onde sejam identificados “serviços litorâneos”, que são caracterizados por trafegarem em trecho de serra litorânea e/ou vias litorâneas. O percentual de acréscimo é definido pela diferença existente entre os custos litorâneos e convencionais, em função das peculiaridades desses atendimentos.

O valor da Tarifa Básica do serviço rodoviário a ser considerado pela Concessionária é:

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
0 - 15	3,60	4,50	7,21	6,12
15,1 - 20	4,19	5,25	8,41	7,14
20,1 - 25	5,42	6,78	10,82	9,22
25,1 - 30	6,63	8,29	13,26	11,25
30,1 - 35	7,83	9,78	15,66	13,31
35,1 - 40	9,03	11,29	18,09	15,36
40,1 - 45	10,25	12,81	20,51	17,44
45,1 - 50	11,46	14,33	22,91	19,50
50,1 - 55	12,68	15,78	25,33	21,54
55,1 - 60	13,88	17,25	27,77	23,58
60,1 - 65	15,08	18,70	30,18	25,65

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
65,1 - 70	16,29	20,15	32,59	27,70
70,1 - 75	17,50	21,59	35,00	29,75
75,1 - 80	18,72	23,02	37,42	31,81
80,1 - 85	19,93	24,42	39,83	33,87
85,1 - 90	21,15	25,83	42,26	35,91
90,1 - 95	22,34	27,25	44,68	37,98
95,1 - 100	23,54	28,65	47,10	40,02
100,1 - 110	25,34	30,77	50,72	43,12
110,1 - 120	27,78	33,61	55,56	47,22
120,1 - 130	30,19	36,44	60,38	51,34
130,1 - 140	32,63	39,24	65,23	55,44
140,1 - 150	35,05	42,03	70,07	59,54
150,1 - 160	37,44	44,83	74,89	63,67
160,1 - 170	39,88	47,57	79,72	67,76
170,1 - 180	42,28	50,33	84,57	71,89
180,1 - 190	44,71	53,04	89,40	75,98
190,1 - 200	47,12	55,76	94,24	80,09
200,1 - 210	49,53	58,47	99,07	84,21
210,1 - 220	51,95	61,17	103,92	88,32
220,1 - 230	54,37	63,83	108,74	92,41
230,1 - 240	56,80	66,50	113,57	96,53
240,1 - 250	59,21	69,13	118,43	100,64

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
250,1 - 260	61,62	71,76	123,26	104,77
260,1 - 270	64,05	74,37	128,08	108,86
270,1 - 280	66,47	76,97	132,92	112,97
280,1 - 290	68,87	79,54	137,76	117,11
290,1 - 300	71,29	82,11	142,60	121,22
300,1 - 310	73,70	84,65	147,43	125,33
310,1 - 320	76,13	87,19	152,25	129,42
320,1 - 330	78,54	89,73	157,11	133,54
330,1 - 340	80,96	92,24	161,93	137,63
340,1 - 350	83,38	94,73	166,77	141,77
350,1 - 360	85,81	97,22	171,59	145,88
360,1 - 370	88,21	99,68	176,44	149,98
370,1 - 380	90,65	102,14	181,27	154,08
380,1 - 390	93,06	104,57	186,11	158,19
390,1 - 400	95,46	107,01	190,95	162,31
400,1 - 410	97,90	109,41	195,78	166,40
410,1 - 420	100,29	111,80	200,61	170,52
420,1 - 430	102,73	114,18	205,44	174,64
430,1 - 440	105,15	116,56	210,29	178,75
440,1 - 450	107,56	118,91	215,13	182,85
450,1 - 460	109,99	121,25	219,95	186,96
460,1 - 470	112,41	123,58	224,78	191,07

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
470,1 - 480	114,81	125,90	229,63	195,20
480,1 - 490	117,23	128,20	234,46	199,28
490,1 - 500	119,63	130,48	239,30	203,41
500,1 - 510	122,06	132,74	244,13	207,50
510,1 - 520	124,49	135,00	248,96	211,62
520,1 - 530	126,91	137,25	253,80	215,73
530,1 - 540	129,33	139,49	258,64	219,84
540,1 - 550	131,74	141,71	263,49	223,95
550,1 - 560	134,15	143,91	268,29	228,06
560,1 - 570	136,57	146,13	273,15	232,17
570,1 - 580	138,99	148,30	277,99	236,26
580,1 - 590	141,40	150,46	282,81	240,37
590,1 - 600	143,84	152,61	287,64	244,51
600,1 - 610	146,23	154,75	292,49	248,62
610,1 - 620	148,65	156,89	297,31	252,71
620,1 - 630	151,07	159,00	302,15	256,82
630,1 - 640	153,49	161,12	306,99	260,93
640,1 - 650	155,92	163,21	311,82	265,05
650,1 - 660	158,35	165,28	316,66	269,14
660,1 - 670	160,77	167,34	321,49	273,27
670,1 - 680	163,15	169,41	326,33	277,36
680,1 - 690	165,56	171,45	331,17	281,49



CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
690,1 - 700	168,00	173,46	336,00	285,58
700,1 - 710	170,42	175,49	340,82	289,70
710,1 - 720	172,84	177,49	345,66	293,82
720,1 - 730	175,26	179,50	350,51	297,94
730,1 - 740	177,66	181,47	355,35	302,06
740,1 - 750	180,10	183,43	360,16	306,16
750,1 - 760	182,50	185,41	365,01	310,26
760,1 - 770	184,91	187,34	369,86	314,37
770,1 - 780	187,34	189,28	374,67	318,50
780,1 - 790	189,77	191,18	379,52	322,59
790,1 - 800	192,16	193,09	384,35	326,71

Observação 1: Data Base: julho de 2017

Observação 2: Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, taxa de embarque e pedágio e travessia por balsa.

O valor da Tarifa Básica do serviço suburbano a ser considerado pela Concessionária para as linhas do sistema suburbano é:

CARACTERÍSTICA SUBURBANA				
Extensão da Linha ou Seção (km)			SERVIÇO	
de	-	a	CONVENCIONAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)
0	-	10	3,08	3,26
10,1	-	12,5	3,26	3,64
12,6	-	15	3,64	3,81
15,1	-	17,5	3,81	4,17
17,6	-	20	4,00	4,38
20,1	-	22,5	4,17	4,54
22,6	-	25	4,38	4,72
25,1	-	27,5	4,54	4,91
27,6	-	30	4,72	5,08
30,1	-	35	4,91	5,47
35,1	-	40	5,64	6,16
40,1	-	45	6,35	6,89
45,1	-	50	7,09	7,65
50,1	-	55	7,79	8,52
55,1	-	60	8,50	9,23
60,1	-	65	9,20	9,91
65,1	-	70	10,26	11,15
70,1	-	75	10,91	11,82
75,1	-	80	11,60	12,51
80,1	-	85	12,10	13,16
85,1	-	90	12,96	14,05
90,1	-	95	13,47	14,69
95,1	-	100	14,10	15,35

CARACTERÍSTICA SUBURBANA				
Extensão da Linha ou Seção (km)			SERVIÇO	
de	-	a	CONVENCIONAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)
100,1	-	105	14,79	16,01
105,1	-	110	15,44	16,84
110,1	-	115	16,10	17,49
115,1	-	120	16,75	18,14
120,1	-	125	17,38	18,79
125,1	-	130	18,38	19,93
130,1	-	135	18,99	20,58
135,1	-	140	19,65	21,22
140,1	-	145	20,28	22,01
145,1	-	150	20,75	22,61

Observação 1: Data Base: julho de 2017

Observação 2: Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, pedágio e travessia por balsa.

Observação 3: a partir do início de operação do sistema futuro não será permitida cobrança de tarifa por média ponderada.

Para o cálculo do preço da passagem paga pelo usuário, aos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, as tarifas de pedágio e de travessia por balsa.

A tarifa permanecerá constante em termos reais em todas as Áreas de Concessão, cabendo apenas seu reajuste anual.

A Concessionária reconhece que os valores tarifários máximos acima apresentados, em conjunto com as regras de reajuste a seguir descritas, são suficientes para a adequada prestação do serviço concedido nos termos deste Edital e de seus Anexos.

A Concessionária deverá calcular e recolher os tributos incidentes sobre a tarifa cobrada dos usuários dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, incluindo todas as parcelas supracitadas. Para fins de elaboração das propostas deverão ser consideradas as alíquotas vigentes na data de entrega dos envelopes. Para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto deverão ser observadas para a elaboração das propostas as respectivas isenções tributárias instituídas.

A tarifa a ser praticada na execução dos serviços prestados em caráter emergencial obedecerá aos índices definidos em planilha elaborada pela ARTESP, referente ao serviço específico a ser prestado, se necessário, a critério da ARTESP.

## **2.1. Descontos Tarifários**

A Concessionária poderá praticar tarifas promocionais nos seus serviços, em todos os horários ou em alguns deles, em todos ou em determinados dias da semana e meses, em todos ou em parte dos assentos, desde que:

- I. Comunique com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para sua implementação, para autorização da ARTESP;
- II. A suspensão ou redução de descontos antes do prazo previsto para seu término sejam comunicados e autorizados pela ARTESP;
- III. Não impliquem em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência;
- IV. Não inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP; e
- V. Faça constar tratar-se de tarifa promocional no bilhete de passagem e em destaque para o caso de serviço rodoviário e com aviso no veículo para o caso de serviço suburbano.

A ARTESP vedará, a qualquer momento, a prática da tarifa promocional e/ou o oferecimento do desconto quando implique em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência, dentre elas:

- I. Prática injustificada de subsídios cruzados ou de preços inferiores ao custo operacional dos serviços;

- II. Inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP.

A cobrança, pela Concessionária, de valor de passagem inferior ao valor máximo fixado pelo Poder Concedente em nenhuma hipótese ensejará qualquer tipo de pleito compensatório quanto à recuperação de equilíbrio econômico-financeiro.

### **3. Gratuidades e Benefícios Tarifários**

A Concessionária deverá tomar em consideração as gratuidades e benefícios tarifários existentes no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal que tenham sido concedidos por força de legislação específica, conforme relação abaixo.

Assim, as gratuidades e benefícios tarifários existentes não serão considerados em qualquer hipótese como causa de desequilíbrio econômico financeiro contratual. As gratuidades e benefícios tarifários concedidos após a assinatura do Contrato de Concessão serão considerados fatos causadores de desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e darão à Concessionária o direito a sua recomposição.

Para fins de elaboração das propostas, devem ser consideradas as seguintes gratuidades e benefícios tarifários:

- I. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana: gratuidade sem limitação de assentos para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, conforme artigo 39 da Lei federal nº 10.741/03 e regulamentação própria;
- II. Em relação às linhas intermunicipais com característica rodoviária convencional: gratuidade até o limite de 2 (dois) assentos por veículo para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.179/13 e regulamentação própria;
- III. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade sem limitação de assentos para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.187/13 e regulamentação própria;

- IV. Em relação às linhas intermunicipais com característica rodoviária que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade até o limite de 2 (dois) assentos por veículo para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.179/13 e regulamentação própria;
- V. Em relação aos benefícios tarifários escolares: os estudantes regularmente matriculados e os professores no exercício da profissão, pertencentes aos níveis escolares de educação básica, ensinos fundamental e médio, curso superior de graduação e pós-graduação terão direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) nos preços das tarifas básicas, nos deslocamentos entre a escola e sua residência, nos dias letivos, conforme Portarias ARTESP 12 de 2005 e 09 de 2006, e as que vierem a substituí-las. No caso da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, devem ser observados a Lei nº 15.692/2015, o Decreto nº 61.134/2015, as Resoluções STM 06/2015, 06/2005, 10/2003 e 26/2003, e os que vierem a substituí-los;
- VI. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana: gratuidade às pessoas portadoras de deficiência em consonância com a Lei Complementar nº 666/91 e regulamentação própria;
- VII. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade às pessoas portadoras de deficiência em consonância com a Lei Complementar nº 666/91 e regulamentação própria;
- VIII. Gratuidades discriminadas no Anexo III – Regulamento Complementar dos Serviços.

### **3.1. Tarifa de Pedágio e Travessia por Balsa**

A Tarifa de Pedágio será devida às empresas Concessionárias, públicas ou privadas, das rodovias e vias públicas por onde trafegam os veículos rodoviários e suburbanos, de acordo com a política tarifária do setor vigente à época.

Para as linhas que utilizam rodovias submetidas ao regime de pedágio ou façam uso de travessia por balsa, o cálculo do valor do acréscimo da Passagem será feito pela razão entre o valor total de pedágios e/ou de travessias por balsa do trecho percorrido pelo usuário e o número de passageiros médio por viagem dos Serviços de Transporte

Rodoviário Intermunicipal de Passageiros. O número de passageiros médio por viagem considerado será o dos 12 meses anteriores ao mês estipulado para o reajuste tarifário, calculado para cada serviço (Rodoviário e Suburbano).

### 3.2. Taxa de Embarque

A Taxa de Embarque é a taxa paga pelo usuário ao ente responsável pela operação dos terminais onde embarcam os passageiros rodoviários.

O valor da taxa é estabelecido por entes diferentes em cada caso e não fará parte do valor da tarifa, bem como das receitas da Concessionária. O valor deverá ser pago diretamente pelo usuário ao ente responsável, ou a quem este delegar.

## 4. Reajuste tarifário

O valor da Tarifa Básica deverá ser preservado pelas regras de reajuste e de revisão previstas nesse ANEXO e no CONTRATO.

O valor da Tarifa Básica deve ser ajustado, utilizando-se as fórmulas e os procedimentos explicitados a seguir.

Para o primeiro ano contratual, a Tarifa Básica será reajustada para o primeiro dia do mês de julho anterior ao início de vigência contratual.

### FÓRMULA 1:

A Tarifa Básica será reajustada através da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no **dia primeiro de julho** subsequente à data de assinatura do contrato, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei n 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$Tarifa\ básica_t = Tarifa\ Básica_{julho/2017} \times (1 + Índice\ de\ Reajuste_{0-julho/2017})$$

Onde,

**Tarifa básica<sub>t</sub>** é a Tarifa Básica no ano contratual **t**;

**Tarifa Básica<sub>julho/2017</sub>** é a Tarifa Básica em julho de 2017, conforme item 2 deste Anexo; e

**Índice de Reajuste<sub>0-julho/2017</sub>** é a variação do Índice de Reajuste entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual **t**.

O cálculo do **Índice de Reajuste** a que se refere a FÓRMULA 1 será distinto para os modais Rodoviário e Suburbano, conforme a seguir:

$$\text{Índice de Reajuste}_{\text{Rodoviário}} = 26,3\% \times C + 43,7\% \times V + 30\% \times \text{INPC}$$

$$\text{Índice de Reajuste}_{\text{Suburbano}} = 31,6\% \times C + 26,5\% \times V + 41,9\% \times \text{INPC}$$

Onde,

**C** = Variação percentual do preço de combustível entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual **t**.

Fonte: Coleta de preços junto aos fornecedores para grandes consumidores no Estado de São Paulo junto à Agência Nacional de Petróleo. Este item deverá ser ponderado em função dos combustíveis utilizados na frota em operação, como óleo diesel, gás, etc.

**V** = Variação média percentual dos preços de veículos entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual **t**.

Fonte: Cotação de preços junto a fornecedores de chassis e carroceria, ponderados pelas diversas tecnologias existentes no cadastro de frota. Modelos cuja produção tenha sido descontinuada serão substituídos por outro equivalente.

**INPC** = Variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual **t**.

Fonte: coleta dos índices junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



Os parâmetros de reajuste tarifário aqui descritos poderão ser alterados por ocasião das revisões ordinárias, conforme regramento da do Anexo II – Minuta de Contrato de Concessão.

#### **4.1. Critérios de arredondamento**

A tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a) Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);
- b) Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

#### **5. Procedimentos - Revisões tarifárias extraordinárias**

A revisão iniciar-se-á por requerimento da Concessionária ou determinação da ARTESP, observados os itens abaixo:

- I. O requerimento ou determinação deverá estar acompanhado por relatório técnico, documentos e cálculos que justifiquem o pleito;
- II. O procedimento de revisão iniciado pela ARTESP deverá ser objeto de comunicação à Concessionária, consignando-se prazo para sua manifestação, acompanhada dos estudos, documentos e cálculos que embasem suas alegações;
- III. No caso de revisão ordinária, os eventos consignados nas solicitações de reequilíbrio econômico financeiro do contrato serão tratados de forma conjunta em processo administrativo a ser estabelecido pela ARTESP;
- IV. No caso de solicitação de revisão extraordinária a ARTESP deverá, no prazo de até 90 (noventa) dias, apresentar opinião final acerca da revisão;
- V. Havendo alteração do preço final da passagem por força de reajuste, revisão ordinária ou revisão extraordinária, a Concessionária deverá providenciar ampla divulgação do novo valor aos usuários do serviço com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Caso resulte da revisão a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato celebrado entre a Concessionária e a ARTESP, poderão ser utilizados, isoladamente ou em conjunto, a critério da ARTESP, os seguintes mecanismos:

- I. Alteração do prazo da Concessão;
- II. Alteração das obrigações impostas à Concessionária ou do cronograma de investimentos ou metas previstas;
- III. Pagamento de indenização entre as partes;
- IV. Alteração, para mais ou para menos, do valor do teto tarifário, no caso de incidência em todo o Sistema de Transporte.

## **6. Receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados**

Além das tarifas pagas pelos usuários, a operadora poderá ser remunerada por receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- I. O desempenho de atividades diversas daquelas que caracterizam o serviço de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros não acarrete prejuízo à normal prestação do serviço público delegado; e
- II. A cobrança ou exploração das receitas a que se refere o item anterior sejam prévia e expressamente aprovadas pela ARTESP.

As receitas provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados devem ser contabilizadas em separado das receitas tarifárias.

É vedado à Concessionária pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da variação das receitas a que se refere este item.